

Governo pode pagar até US\$ 2 bilhões a credores neste ano

BRASÍLIA — Logo ao desembarcar de sua viagem ao Japão, o Presidente Fernando Collor terá uma reunião com a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e seus principais assessores, para decidir qual a proposta de pagamento da dívida externa que o Governo levará ao Comitê Assessor dos Bancos Credores, na próxima semana. O Presidente escolherá uma das alternativas técnicas que serão apresentadas, segundo disse ontem o Secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, um dos negociadores brasileiros.

A proposta detalha a forma de pagamento dos juros em atraso, prevendo um desembolso, ainda este ano, em dinheiro, combinado com alternativas de pagamento com bônus (de prazos e condições financeiras diferentes). Segundo um assessor econômico, o Governo poderia desembolsar no máximo US\$ 2 bilhões este ano com o pagamento de juros atrasados — cerca de US\$ 9 bilhões. Um dos atrativos que o Brasil poderia oferecer, dependendo da receptividade dos credores em relação aos demais pontos da proposta é a taxa de juros flutuantes apenas para os bônus referentes aos juros atrasados.

Não se cogita de fazer um acordo para pagamento dos juros, sem o comprometimento, da parte dos bancos, em relação aos demais itens da proposta brasileira (troca do estoque por bônus de prazos de resgate de 45, 25 e 15 anos com juros fixos e capitalizados). O prazo de resgate destes papéis pode ser reduzido através da negociação, assim como as condições de capitalização dos juros, segundo um assessor econômico.

A estratégia do Governo, assumida pelo Presidente Collor, é atender prioritariamente as propostas dos bancos mais flexíveis representados no Comitê, em detrimento da posição irredutível dos credores norte-americanos, em piores condições financeiras. O Presidente tem pressa em criar um fato político positivo no front externo, encaminhando pessoalmente a proposta de negociação, para neutralizar o clima de pressão

econômica interna, conforme observou uma autoridade da área econômica.

A Ministra Zélia vai ao encontro com Collor, no Palácio do Planalto, pela manhã, acompanhada pelo presidente do Banco Central, Ibrahim Eris; pelo Embaixador para a Dívida Externa, Jório Dauster; e o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir.

Durante um jantar realizado na noite de terça-feira passada na residência do Senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), Governo e senadores da Comissão da Dívida Externa começaram a negociar a exclusão do artigo sexto do projeto de resolução do Senado, que proíbe o pagamento dos juros atrasados antes do fechamento de um acordo global para o rescalonamento do estoque da dívida.

O Embaixador Jório Dauster, que representou o Governo junto com o Secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, confirmou as negociações, dizendo que conta com a colaboração dos senadores. O Senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), relator do projeto já aprovado pela Comissão e que será submetido ao plenário até o dia 21, disse que só haverá acordo para a exclusão do artigo sexto se o Governo se comprometer a não realizar o pagamento dos juros sem um compromisso global para os demais itens da proposta brasileira, como a troca do estoque da dívida por três tipos de bônus, de prazo de resgate de até 45 anos.

— Não faz nenhum sentido pagar os juros atrasados, sem um acordo para o restante da dívida — disse o Senador. Essa posição foi confirmada também pelos Senadores Severo Gomes (PMDB-SP) e pelo próprio Bornhausen.

O Governo, autor da sugestão para inclusão do artigo agora quer mais espaço para negociar. Segundo Kandir, não há sentido em enrijecer a negociação, porque o Governo não pretende repetir o erro do passado, quando pagou juros atrasados sem nenhum tipo de conquista nas negociações.